



Câmara Municipal de São
Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PRESIDENTE: ADEMIR DA GUIA

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18 de agosto de 2005

OBSERVAÇÕES:

Há grafia(s) não confirmada(s)

7732





Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 1 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Bom dia a todos e a todas.
Queremos dar início à reunião.

O Sr. Secretário Floriano Pesaro já chegou, e estamos aguardando os outros membros da Comissão. Mas, como já são 11h22min, a idéia é que a gente dê início à reunião, e os outros Srs. Vereadores serão integrados aqui.

Só para informe inicial, nossa intenção hoje é aproveitar a vinda do Sr. Secretário para que S.Exa. exponha para a Comissão e a todos os presentes o trabalho que vem sendo desenvolvido na Secretaria. A intenção dessa reunião é pensar um pouco na elaboração orçamentária para 2006, no que diz respeito à questão da criança e do adolescente.

Queria informar a presença do nobre Vereador José Police Neto - Netinho e da Vereadora Marta Costa. Ainda estamos aguardando o nobre Vereador Ademir da Guia, que é o Presidente da Comissão, o nobre Vereador José Ferreira dos Santos - Zelão e, provavelmente, o nobre Vereador Adolfo Quintas.

Já se encontra presente o Sr. Secretário Floriano Pesaro e já podemos dar início. A proposta da pauta é que comecemos pela apresentação do Sr. Secretário e, no final, daremos os informes, tanto os da Comissão como dos presentes. Temos também algumas deliberações que faremos assim que o quórum da Comissão for atingido.

Antes de iniciarmos, vou aproveitar para fazer dois informes e, assim que o Sr. Secretário adentrar à sala, interromperemos os informes e começaremos a exposição do Sr. Secretário.





Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 2 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

O primeiro deles diz respeito às Conferências Regionais e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, provavelmente, contará com a participação dos Srs. Vereadores e Assessores desta Comissão, das Conferências Lúdicas e Convencionais.

Depois, vamos pedir para o Conselheiro Carlos para que ele faça um relato, no final da reunião, inclusive para que conte com a presença dos Srs. Vereadores.

Temos aqui a Campanha de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. É uma ação conjunta das seguintes Comissões: Comissão Especial Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, Comissão Extraordinária da Juventude e da Comissão da Mulher. O encontro está marcado para o dia 12 de setembro, das 9h às 16h, nesta Câmara. Maiores informações com o Sr. Araão, na Secretaria das Comissões, telefone 6824-4000, ramal 4470.

Teremos também um Debate sobre Maioridade Penal, dia 26 de agosto, às 19h, também nesta Casa, no primeiro andar. A organização é das seguintes Comissões: Comissão Especial Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, Comissão Extraordinária da Juventude e da Comissão da Mulher.

Um outro informe: a Comissão fez uma visita à Associação Maria Helen Drexel que fica na Rua Miguel Sutil, 590, no Brooklin Novo. Participaram dessa visita os Srs. Vereadores Zelão, Paulo Fiorilo e



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:3 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

representantes dos Srs. Vereadores José Police Neto - Netinho, Ademir da Guia e Adolfo Quintas.

A associação foi fundada em 1973, pelo Sr. João Drexel e por um grupo de casais. É uma sociedade civil de caráter assistencial sem fins lucrativos. A missão da entidade é dar amparo, proteção, promoção e educação à criança abandonada.

Aqui cabem duas observações - não sei se algum dos presentes já teve a oportunidade de visitar aquela entidade: ela sobrevive sem convênios com órgãos públicos - é uma filosofia da própria entidade esse tipo de postura; eles têm oito casas, distribuídas no Jabaquara, Interlagos, Brooklin, Chácara Santo Antônio e Cupecê; sobrevivem basicamente de doações, por meio de pessoas físicas. Depois, se alguém tiver interesse, a Comissão pode informar o número de conta, essas coisas.

Queria terminar esse informe com algumas observações que foram apresentadas pelo Sr. Diniz Fracaro que é o Presidente da entidade: a primeira delas é sobre a regularização de documentação junto ao CMDCA, uma reclamação com relação aos critérios estabelecidos para a obtenção de registro, a burocracia, a demora, esse tipo de coisa.

O segundo é o excesso de rigor na fiscalização efetuada pela Vara da Infância e da Juventude de Santo Amaro. Aqui acho que cabe um comunicado ao Conselho Tutelar, para que acompanhe as visitas que são realizadas pela Vara da Infância e da Juventude.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:4 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Por último, a burocracia, a perda de autonomia na condução das atividades e instabilidade por mudança de gestão governamental, o que acaba levando a entidade a não optar por convênios.

Essas foram as três observações feitas pelo Sr. Diniz.

Tivemos a oportunidade de visitar uma das casas, a da Zona Sul, onde conversamos muito com a "mãe", que é a pessoa responsável pelas crianças e adolescentes que moram naquela casa, e acho que é uma experiência importante, inclusive para que possamos contrapor a outras experiências que esta Comissão visitará nos próximos meses. Queria consultar se o Secretário já está disponível. Está com o Presidente.

Então, vamos continuar com os informes. Convido o Sr. Carlos para fazer um informe detalhado das conferências lúdicas e convencionais.

O SR. CARLOS - Bom dia a todos. Cumprimento os Vereadores da Mesa. Nós encerramos as 29 conferências regionais no dia 14 deste mês e o CMDCA ainda está recebendo os relatórios das regiões para que a Comissão Central das Conferências e também o Conselho Municipal possam fazer o balanço dessas conferências e avaliação.

Poderemos, em futura oportunidade, colocar na Comissão da Criança ou passar os documentos referentes às conferências para a própria comissão.

Nós iremos officiar a Comissão da Criança, mas quero aproveitar esta oportunidade para convidar os vereadores para a conferência lúdica municipal e a conferência convencional. A lúdica será realizada



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:5 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

no dia 31 deste mês, das 8 às 17, e a convencional, de adultos, será realizada dia 1 e 2. No dia 1, das 8 às 17h e no dia 2 das 9 às 17h.

Antecipadamente ao ofício, o CDMCA convida a Comissão da Criança, representada na Mesa de abertura das duas conferências. Assim que tivermos mais dados referentes às conferências regionais, estaremos passando para a Comissão da Criança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Netinho.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - Sr. Presidente, queria pedir ao Carlos para nos ajudar em alguns outros esclarecimentos.

Representei a Comissão na última reunião do Fórum, sábado retrasado. Preocupe-me muito com a estrutura que está sendo montada para realização das conferências nos dias 31, 1 e 2.

Tomei a liberdade de relatar isso a alguns membros da Comissão, assim como ao Secretário de Participação e Parceria e ao Secretário de Assistência de Desenvolvimento Pessoal e sua equipe.

Tenho duas preocupações objetivas. A primeira, a de promover a mínima estrutura para realização do ponto de vista material, que não é a mais importante. Mas a ausência de um conjunto de informações relatadas pelo Fórum transforma a nossa conferência em algo que não se consegue transferir, porque você não tem elementos para o debate.

É lógico que estamos a 10, 15 dias da realização do evento. Mas nesta Comissão, hoje, com a presença do Secretário, da sociedade que nos acompanha e daqueles que possamos acionar, não há nenhuma possibilidade de não reunirmos todas as informações que estão à



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:6 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

disposição, independente daquelas que seriam originárias de estudos que não foram realizados, pelas informações que nos foram passadas, para realizarmos alguma conferência. Senão, não se verifica a necessidade de convocar a reunião para o dia 31, 1 e 2.

E temos de ser muito objetivos, pois senão sairemos da conferência com nada conferido. Aliás, sairemos com um conjunto de dúvidas da nossa capacidade de articulação de ter dados a serem conferidos, o que gera um descrédito para a Comissão, para o coletivo que acompanha as conferências e para o promotor, do ponto de vista formal, que é o Executivo.

Falo isso despretensiosamente, porque sou filiado ao Partido do Prefeito Serra, mas não cabe não identificar o erro num momento como este.

Até porque daqui a dois, três minutos, começaremos a discutir o financiamento e as atividades que pretendemos executar em 2006. se não conseguirmos observar a ausência de capacidade de elaboração no exercício 2005/2004/2003, teremos dificuldade muito grande de algo realizar.

Carlos, queria que fosse uma dedicação exclusiva dos próximos dez dias buscarmos algumas alternativas, com todos os esforços. Por menor que seja a participação de cada um de nós, ela é importante para chegar a algum lugar.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS -Levarei essa demanda para o CMDCA, vamos atender essas avaliações das regionais, onde tivemos várias dificuldades e



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 7 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

problemas e também acho que cabe adendar os pareceres em relação aos projetos encaminhados para que, realmente, haja a estruturação, tanto das regionais quanto da municipal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Sr. Carlos.

Quero anunciar a presença do Presidente desta Casa, nobre Vereador Roberto Tripoli, que vai acompanhar aqui o Sr. Secretário Floriano Pesaro. Também aproveito a oportunidade para convidar S.Exa. a fazer parte da nossa mesa de trabalhos. (Pausa)

Antes de conceder a palavra ao Sr. Secretário, tem a palavra o nobre Vereador Roberto Tripoli, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Bom dia, Srs. Vereadores Paulo Fiorilo e José Ferreira dos Santos - Zelão, José Police Neto, e Marta Costa, Sr. Secretário Floriano Pesaro, assessores de imprensa e população presente, no dia de hoje. Quero homenagear, mais uma vez, o Governo do Sr. Prefeito José Serra, porque estou, na Casa, já no quinto mandato, e dificilmente secretários têm vindo por tantas vezes aqui. Sempre que convidados, e não intimados ou convocados, S.Exas. têm vindo. No primeiro semestre, vários secretários vieram aqui.

Então, mais uma vez, conversando com o Sr. Secretário Floriano Pezzaro, S.Exa. disse-me que recebeu um convite dos Srs. Vereadores. O Sr. Secretário está presente, para discutir, com entidades e população, a questão orçamentária da Secretaria e da área que lhe compete.





Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 8 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Assim, quero elogiar o trabalho dos Srs. Vereadores por essa iniciativa, de não só discutirmos essa questão com os Srs. Vereadores, mas também saber, junto ao Executivo, a possibilidade de colocarmos em prática uma série de projetos. Elogio também o Sr. Prefeito José Serra, que tem proporcionado esse debate, de transparência dos projetos, junto à população.

Bom dia, todas autoridades presentes, e senhoras e senhores. Espero que, neste dia, tenhamos um bom resultado, ao final dos trabalhos.

Parabéns, nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A intenção do Sr. Secretário é apresentar um pouco o trabalho da Secretaria e as perspectivas para o próximo período, até para possamos aqui aproveitar a oportunidade para fazermos um grande debate, contribuindo com propostas e iniciativas na elaboração orçamentária.

Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário, faço apenas duas observações. Primeiro, a Comissão recebeu aqui um ofício do Sr. Francisco Vidal Luna, Secretário Municipal de Planejamento, informando que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, será representada pelo Sr. Antônio Floriano Pereira Pesaro nesta reunião ordinária da Comissão.

Na próxima reunião, haverá a presença não só do Sr. Secretário. Há uma proposta do nobre Vereador Netinho, para que também



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:9 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

possamos trazer outras secretarias, que tenham relações diretas com a questão da criança e do adolescente.

Antes de passar a palavra, declaro aberta a 9ª reunião ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a minha presença e com a presença dos Srs. Vereadores José Ferreira dos Santos - Zelão, José Pollice Neto, e Marta Costa.

Antes de iniciarmos os trabalhos, a Secretaria desta Comissão informa que, diante da impossibilidade regimental, de realizarmos nossas reuniões, no plenário, por força de ato da mesa, que regulamenta a utilização daquele espaço, nossas reuniões ocorrerão aqui, no Salão Nobre. A Secretaria desta Comissão informa que, por meio do ofício, foram convidados os Srs. Secretários Municipais da Assistência e Desenvolvimento Social, aqui presente, e de Planejamento.

O assunto pautado, o qual trataremos, é prioridade absoluta no atendimento da criança e do adolescente, no orçamento 2006.

Tem a palavra, por vinte minutos, o Sr. Antonio Floriano Pereira Pesaro, Secretário.

O SR. ANTONIO FLORIANO PEREIRA PESARO - Bom dia a todos. Quero agradecer os nobres Vereadores Paulo Fiorilo, Netinho, José Ferreira dos Santos - Zelão, e Marta Costa, e a todos presentes, pela oportunidade de eu ter um diálogo com a Câmara Municipal e com a Comissão Extraordinária da Criança e do Adolescente.



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 10 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Serei breve, porém quero deixar claro a todos presentes qual é a política que está sendo pensada e desenvolvida na área da criança e do adolescente.

Sr. Presidente Paulo Fiorilo, essa é uma prioridade do Sr. Prefeito José Serra, dada no início desta gestão, já com alguns atos formais. No início do semestre passado, S.Exa. assinou, junto à fundação Abrinq, o Prefeito Amigo da Criança, e o Orçamento da Criança, localizando, no orçamento municipal, todas as rubricas e todos os recursos que, de forma direta ou indireta, tratam do tema da criança e do adolescente na cidade de São Paulo.

Quando o Sr. Prefeito solicitou-nos, para que formulássemos uma política específica para isso, fizemos esse trabalho avaliando primeiro a política existente, na cidade de São Paulo, considerando que era necessário se conhecer a política, e a estrutura do atendimento sócio-assistencial, na cidade de São Paulo, para que depois pudéssemos formular uma política que pudesse corresponder hoje, com a abrangência sócio-assistencial.

Uma coisa que nos chamou atenção é que São Paulo, de fato, tem a maior rede sócio-assistencial das Américas. Não há nada parecido em nenhuma outra cidade deste continente, nem na Cidade do México, nem no Rio de Janeiro, nem em Belo Horizonte. São Paulo tem hoje a maior rede sócio-assistencial. É bem montada e estruturada, mas tem falhas, provavelmente na parte de avaliação e monitoramento.

Disse ao Sr. Prefeito: "Sr. Prefeito, temos de dar seqüência ao trabalho que a minha antecessora vinha fazendo, professora Aldaíza



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:11 :

Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Sposati, sob pena de termos interrupção de serviços e programas em andamento, e sempre quem sofre com isso é a população usuária, a mais carente da cidade de São Paulo." Daí a importância de haver a continuidade como o norte do nosso trabalho. Quais seriam os próximos passos que deveriam ser dados pela Assistência Social, e que, com a mudança de Governo, precisavam ser dados? Precisava haver continuidade.

Por outro lado, entendeu-se que a política de Assistência Social hoje é muito normatizada, fato que não era, no passado; e vem, cada vez mais, normatizando-se. Isso é bom, porque nos dá parâmetros de políticas públicas que saem, pouco a pouco, do assistencialismo social e entram, de fato, no atendimento profissional e no atendimento do desenvolvimento social.

Daí a importância da Lei Orgânica da Assistência Social, a importância da Norma Operacional Básica, NOB, que está, em discussão, hoje, em Brasília, e da criação do SUAS, do Sistema Único de Assistência Social.

Destaco também que a cidade de São Paulo tinha uma política pública de assistência e desenvolvimento social que estava no Plas(?), 2002-2004, Plano de Ação da Política Pública Municipal.

Portanto, todas as políticas desenhadas, a partir de então, deveriam respeitar essas condições, essa legislação, esses planos. Eu também destaco que São Paulo tem o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal de Assistência Social, a Comissão



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 12 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

Municipal de Direitos Humanos, o Conselho de Monitoramento da População de Rua, enfim, diversos fóruns.

O SR. PAULO FIORILO - Anuncio a presença do nobre Vereador Atilio Francisco.

O SR. ANTONIO FLORIANO PEREIRA PESARO - Há diversos fóruns e comissões que trabalham e atuam diretamente na avaliação e no monitoramento da aplicação da política pública municipal.

Agora, vou entrar nos dois grandes programas que estão em desenvolvimento e implantação na cidade de São Paulo hoje. Para avaliação desses programas, partimos do mapa da vulnerabilidade social, o que coloquei ali. Está um pouco claro, mas dá para vermos exatamente o que quero dizer.

Quanto ao mapa da vulnerabilidade social, a base é da Fundação Seade. Estamos trabalhando com IPVS, Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, que indica os distritos da cidade de São Paulo de alta e altíssima vulnerabilidade social. Trata-se hoje de quase 330 mil famílias vivendo, na cidade de São Paulo, com até meio salário mínimo per capita. Se formos observar abaixo da linha da pobreza, veremos que um milhão e trezentas mil famílias vivem com até 1/4 de salário mínimo per capita mês.

Srs. Vereadores, isso quer dizer que São Paulo hoje seguramente a cidade que concentra a maior pobreza das Américas. Não há nenhum lugar que concentre a quantidade de pobres que há, na cidade de São Paulo, nem Cidade do México, nem Rio de Janeiro, e nem Belo Horizonte, repito.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 13 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

Claro que a pobreza de São Paulo é diferente do semi-árido nordestino. Trabalhei, por oito anos em Brasília, e implementei o Programa Bolsa Escola Federal no Ministério da Educação. Tive oportunidade de viajar por todo o Brasil. A pobreza, no semi-árido nordestino, na metade sul do Maranhão ou em qualquer outra região mais carente do Brasil, não é comparável com a pobreza que se encontra na cidade de São Paulo, porque não é concentrada, mas sim distribuída.

O problema, na cidade de São Paulo, é a questão da habitabilidade. Pessoas não têm condições de moradia. Aí não nos prendemos à questão do imóvel, mas sim a questões sócio-econômicas ambientais. Pessoas moram mal, na cidade de São Paulo, vivem mal. Não há uma praça ou um centro de convivência; não há locais adequados para que haja tal convivência. Além do mais, pessoas moram umas em cima de outras. Ou seja, em 30 metros quadrados, moram 30 pessoas. Oras! Não há família que resista a uma situação como essa. Aí a quantidade de pessoas verificadas, na rede de assistência, com problemas de desestruturação familiar, de crianças que fogem de casas, e de violência física, moral e sexual.

Então, estou falando tudo isso para mostrar que o caso da cidade de São Paulo é grave. Precisamos ter clareza disso, Srs. Vereadores, para que possamos lutar por recursos públicos e por uma sinergia na rede de Assistência Social, também em relação a recursos privados, em fundações, etc.

No mapa, observamos claramente um cinturão de riqueza e pobreza na Cidade. As manchas mais escuras são de altíssima



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

rod.: 01 fl.: 14 :

Orador(es):

vulgaridade social, especialmente famílias jovens. As mais claras são regiões da cidade em que não há concentração de pobreza. No meu debate, inclusive com a gestão anterior, com o Sr. Secretário Márcio Pochmann especialmente, dizíamos que havia pobres em toda a cidade. É verdade. Alias, a pobreza concentrada traz dificuldades, além da questão pura e simplesmente de renda. É isso que precisa ser entendido. Precisamos concentrar todos os nossos esforços e recursos, nas regiões onde estão as manchas marrons e marrons escuros na cidade de São Paulo, as mais pobres.

Cada tostão que é concentrado, nas manchas mais claras, estamos deixando, para trás, as áreas de risco, não somente geográfico, mas também social.

Daí a minha insistência, para que sempre observemos esse mapa como ponto de partida de nosso trabalho. A região central da cidade é claramente visível pelas marginais. Claro que abrange um pouco mais a zona leste, onde houve mais investimento nos últimos quinze anos na cidade de São Paulo. Percebemos que a zona sul da cidade está totalmente abandonada. Há também a zona noroeste da cidade e as franjas das zonas leste e norte. Considero que estamos sitiados na cidade de São Paulo. Isso também explica porque São Paulo é uma das capitais mundiais em venda de veículos blindados.

Não quero criminalizar a pobreza, mas é evidente que, no grau em que se encontra a pobreza hoje, na região da cidade, nessas regiões, é propícia uma violência maior.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 15 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

Esse quadro espalha-se para a região metropolitana. Esse é um ponto importante de se destacar nesta Câmara. Veremos que aí a situação só piora. Na realidade, cidades vizinhas da cidade de São Paulo, apesar de não terem concentração equivalente de pobreza, têm uma pobreza do mesmo tamanho, não concentrada, mas no mesmo grau.

Portanto, o nosso trabalho tem de vislumbrar a questão metropolitana. Não dá para trabalharmos com criança e adolescente na cidade de São Paulo sem pensarmos no fluxo migratório que existe na cidade, advindo da região metropolitana.

Então, baseados nessa perspectiva, propusemos um grande programa, chamado Proasf, Programa de Fortalecimento da Família. Seria o grande guarda-chuva da proteção social na cidade de São Paulo. A idéia é trabalharmos o Proasf, nas regiões mais periféricas, na proteção social básica, na qual a lei da Assistência Social nos oferece, como um programa de retaguarda. Embaixo do Proasf, colocaríamos todos os demais programas de Assistência Social e das demais secretarias municipais e estaduais. Por exemplo, Renda Mínima, Bolsa-Família, Renda-Cidadã, do Governo do Estado, núcleos sócio-educativos, Pós-Escola, da Secretaria da Educação, e atendimentos em unidades básicas de Saúde. Quanto à oferta de todos os programas, colocaríamos prioritariamente o atendimento para famílias do Proasf, imaginando que tais famílias, nessas regiões da cidade, são as mais carentes e que precisam de um tratamento especial.

Nós ofereceríamos, portanto, uma cesta de produtos e de serviços, e articularíamos também, a nível local, como organização



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 16 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

social, conveniada para esse fim, ofertas não governamentais.

Portanto, as organizações daquela região, que fazem algum tipo de serviço, priorizariam o atendimento dessas famílias. A idéia é que seja um núcleo articulador de demandas das regiões mais necessitadas.

O que isso tem a ver? O Proasf como um grande guarda-chuva? Essa foi uma determinação do Sr. Prefeito José Serra, de que focássemos, de uma vez por todas, programas nas famílias. Aliás, isso é pregado pela maioria de nossos parceiros religiosos, e é preconizado também pela Lei Orgânica da Assistência Social.

Discutia com a minha antecessora, professora Aldaíza Sposati, que programas da Secretaria estavam muito compartimentalizados, cada programa estava tratando de um tema específico. Então, era necessário juntarmos os programas num grande objetivo, a família.

Além do Programa da Família, mais de retaguarda, precisávamos pensar num programa que atuasse nas regiões centrais da cidade, o qual apelidamos de São Paulo Protege. É o Programa de Proteção Especial, previsto, na legislação da Assistência Social, que se dedica à proteção de três grandes grupos, os quais quero chamar atenção: população adulta de rua, para a qual temos um tratamento especial, com uma rede de albergagem; uma política para essa população, que precisa ser ampliada; e proteção especial para crianças em situação de rua. Apesar de serem em número bem menor, o tratamento desse segmento é muito mais complexo. Não podemos deixar de nos esquecer que muitas dessas crianças estão em situação de trabalho.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 17 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

Desculpem-me a posição modesta de um cidadão, não de um secretário. Digo que é uma vergonha o que ocorre, na cidade de São Paulo, em relação ao trabalho infantil. É uma vergonha! São Paulo é uma hoje uma cidade que concentra, pelo menos, já localizadas, 3.000 crianças, em 180 semáforos da cidade, em regiões mais centrais, no centro expandido. Isso está demonstrado no mapa. São os pontinhos azuis. É onde há o maior número de concentração de crianças, trabalhando todos os dias, no contra-turno escolar. Elas têm família, estão na escola, e, por não haver ainda núcleos sócio-educativos ou pós-escola para todos, estão pelas ruas da cidade, esmolando, fazendo malabarismos, vendendo balas a um real, ou passando rodinhos em vidros de carros.

Há dois fatores nefastos. De um lado, essas crianças precisam ser protegidas, porque, nas ruas, ao contrário do que o Ministério Público e outros afirmam, precisa a criança ter liberdade para ir e vir. Oras, liberdade para crianças dos outros. Ligamos para confirmar se nossos filhos estão onde achamos que estão.

Tais crianças estão sujeitas, em ruas, a todo tipo de violência moral, física e sexual. Nós tivemos agora, 15, 20 dias atrás, um caso de violência sexual, estupro de uma criança de 12 anos, que estava às 10 horas da noite num farol, na Giovanni Gronchi. Ora, isso é falta de vergonha - vergonha do Poder Público, vergonha das organizações, vergonha da cidade. As pessoas precisam fazer um pacto contra isso. Na rua não se dá esmola, na rua não se compra nada. Quando se compra um produto na rua, esse produto é roubado, pirateado



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 18 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

ou contrabandeado; não tem outra alternativa. E dar esmola na rua é estimular a permanência dessas crianças e desses adolescentes ali, porque eles só estão ali porque as pessoas estão dando. As pessoas dão por caridade, por solidariedade. Então, nós precisamos fazer uma campanha de esclarecimento público. Não é uma campanha da Prefeitura, não é uma campanha do Governo, é uma campanha da sociedade, de esclarecimento público, de que existe na cidade de São Paulo um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; que as pessoas podem e devem dar dinheiro para esse conselho; que esse conselho vai direcionar os recursos para os programas adequados e eficazes, eficientes, de tratamento das crianças. Se não quiser dar para o Poder Público, para o Fundo Municipal da Criança ou para o Fundo de Assistência Social, dê diretamente para a organização conveniada. Procure no site da Prefeitura uma organização conveniada com a Prefeitura. São 350. Nós pretendemos ampliar. Quanto mais organizações nós tivermos participando da rede de proteção social, melhor para a cidade, melhor para as crianças.

Esse é o objetivo do São Paulo Protege, Vereador Zelão, proteger as crianças que estão nas ruas da cidade, de um lado com o PROASF, abordando, levando para casa, combinando com a família. E não tem jeito, isso vai ter que ser um combinado individual mesmo, caso a caso. Mas são 3 mil! Nós temos 11 milhões de habitantes; estamos falando de 3 mil crianças. Nós temos que dar um jeito nisso. E repito, essa não é uma política do Prefeito A, B ou C. Essa tem que ser uma



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 19 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

política pública da cidade. São Paulo não pode mais tolerar essa quantidade de crianças pedindo esmola nas ruas da cidade.

Então nós vamos ter que chegar para as famílias - e nós vamos fazer isso - e negociar uma cesta de ofertas, de produtos e serviços, e dizer: "Olha, nós damos o Renda Mínima, o Bolsa Família do Governo Federal, o Renda Cidadã, as prioridades nas UBS, no Pós-Escola, na Jornada Ampliada. Mas a senhora não pode deixar seu filho na rua". Esse é um trabalho de fôlego, de rotina, e que nós estamos nos propondo, junto com a sociedade, a levar adiante.

Em relação às crianças em situação de rua, nós temos um trabalho maior, mais complexo, e que nós faremos pelas organizações especializadas nisso, organizações como o Projeto Quixote, da Escola Paulista de Medicina; Travessia e outras organizações que têm know-how em trabalhar com crianças em situação de rua.

Para terminar, Vereador Paulo Fiorilo, estamos também readequando todos os Centros de Referência da Criança e do Adolescente. Nós tínhamos 3 na cidade de São Paulo; vamos abrir 11 até o final do primeiro semestre do ano que vem e 9 até o final deste semestre. São Centros de Referência da Criança e do Adolescente que são portas de entrada do sistema para crianças que estão na rua, e vão funcionar junto a cada uma das 11 Varas da Infância e da Juventude. Esse também é um trabalho importante.

Nós estamos revendo também todo o trabalho dos Abrigos na cidade de São Paulo, que têm que ter como meta o desabrigoamento, e isso hoje não está claro nesse trabalho. A meta do abrigo, quando a



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 20 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

criança é abrigada, é desabrigá-la, reinserindo-a na família ou em alguma parte dessa família. Os abrigos de São Paulo, hoje, estão cheios, porque somente 10%, em média, das crianças que são abrigadas têm um tratamento especial para o desabrigamento.

E, por último, vou falar da questão da violência sexual. Por sugestão desta Câmara, levada, liderada pelo Vereador Paulo Teixeira, ao Prefeito José Serra, com a presença do Vereador José Aníbal... O Paulo Fiorilo estava junto, também. Nós assumimos, como Prefeitura, a Campanha de Prevenção e Combate à Violência Sexual, à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, do Programa Afeto, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. O Prefeito decidiu implementar a campanha em São Paulo, nos táxis, ônibus, outdoors, todos os equipamentos escolares. Com o Profº Pinotti, que estava presente, também, a decisão de levar a capacitação a todos os professores da rede municipal, uma vez que os primeiros sintomas de violência sexual - principalmente a doméstica - se dão na escola. Então, treinar os professores, sensibilizá-los para que percebam a gravidade e o momento de atuar nessa questão. E dizer que, então, estaremos liderando em São Paulo, a primeira cidade, a Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual e do Trabalho Infantil. E nós estamos colocando essa política também para dentro da política do PROASF, lembrando que esse é um fato muito mais comum do que nós imaginamos; o incesto, a pedofilia, todo tipo de violência sexual é muito comum nas residências de qualquer classe social; e que nós precisamos ter instrumentos de denúncia e instrumentos de trabalho para prevenção e para redução de danos.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 21 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Muito obrigado, Vereador Paulo Fiorilo, e obrigado a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Quero agradecer a exposição do Secretário. Antes de passar a palavra aos presentes, pergunto aos Vereadores da Mesa se têm alguma pergunta; senão passarei imediatamente às perguntas dos presentes. Vereador Atílio, Vereadora Marta, Vereador Zelão. Então vamos começar com os presentes, o Sr. Lourival é o primeiro inscrito. Eu quero pedir para a secretaria da comissão que recolha as inscrições. Enquanto o Sr. Lourival faz uso da palavra, vou pedir para que as outras pessoas se inscrevam com o pessoal da comissão.

Nós vamos utilizar aqui o método de 4 ou 5 intervenções; o Secretário responde, e assim sucessivamente. Nós temos mais ou menos 50 minutos para esse debate; com certeza será um debate rico. Sr. Lourival, 3 minutos.

O SR. LOURIVAL NONATO - Da Coordenação da Executiva do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo. Cumprimento a todos os presentes, à Mesa, ao Secretário da Assistência Social da cidade de São Paulo, os Srs. Vereadores na pessoa do Paulo Fiorilo.

O conjunto de preocupações que vêm se abatendo sobre aqueles que fazem a defesa do direito da criança na cidade de São Paulo, tanto as autoridades como as demais representações, e estamos nos incluindo, como Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, comunga com as preocupações do Secretário. Só que vejo que ele traz situações de



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 22 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

preocupações que não se efetiva com o que de fato na cidade vem ocorrendo. E o que vem ocorrendo é as Conferências Lúdicas e as Conferências de Adultos que ocorreram neste mês e não tiveram o apoio do Governo Municipal. Eu mesmo participei da Conferência na Mooca, e lá, as crianças pela primeira vez não tiveram alimentação durante o dia de conferências. E isso se repetiu em quase todas, porque não estive em todas, mas a informação que recebi é que quase todos não tiveram, e acredito que todos não tiveram realmente essa alimentação. É uma situação que sinaliza a falta de prioridade que o Governo Municipal vem dando.

Mas, também, a falta dos veículos para atividade dos 35 Conselhos na cidade de São Paulo, que do final do ano passado para o início deste ano foi outra das sinalizações que ocorrem da falta dessa mesma atenção.

Outra, é que no processo de municipalização em que nos vimos debatendo desde a instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 13/07/1990, somente no final de dezembro do ano passado, logo no final do último Governo, é que foi sinalizado um trabalho modelo, pelo Governo Federal, que se propôs a dispor de 1 milhão e 850 mil para esse trabalho, em conjunto com o Município; na ocasião se dispôs a ceder 1 milhão e 100 mil reais, e também a FEBEM, que no total, no per capita daria 500 mil. Então, esses três grupos cederiam recurso para um programa modelo que estaria acontecendo, começou a ocorrer em apenas dois dos 96 distritos de São Paulo. E ele também não progrediu,



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 23 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

exatamente porque a Prefeitura só se dispôs a contribuir com 48 mil reais.

É outro fato que também mostra a falta de disposição de tratar da prioridade absoluta que está na Constituição Federal, no Artigo 227, que está inclusive nessa Casa, no Artigo 7º, da prioridade absoluta. Então, o que nós temos percebido é que há uma falta de disposição das autoridades, e nesse caso, do Executivo Municipal, com sinalizações como essa que eu estou citando. Nós temos outras, inúmeras, que eu poderia, se tivesse tempo, colocar aqui.

Uma rápida questão é sobre o PROASF, porque é uma sigla que trouxe simpatia porque foi criada pelo Conselho Municipal, em 1995, e começou a ser executada por exigência do Ministério Público no final de 95, mas foi interrompida no final de 96, quando ele começava realmente a funcionar. O PROASF, que é o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar. O PROASF a que o Secretário se referiu é um programa muito menor de assistência social e que não tem a abrangência do PROASF original que foi criado em 95. Esse PROASF a que o Secretário se referiu, realmente foi criado pela Assistência Social, pela Secretária Aldaíza, no ano retrasado.

Uma outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Sr. Lourival, para concluir, por favor.

O SR. LOURIVAL NONATO - Está bem. Eu só estou trazendo essas questões porque elas são realmente muito vivas, para que o conjunto das autoridades possa estar tratando das questões, tanto ao que estou



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 24 :

Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

me referindo aqui, do processo de municipalização, para esse horror que a gente vê que é a FEBEM, e que as autoridades não se movem de fato para modificar, para tratar a criança como prioridade absoluta, como a questão, também, das Conferências que são necessárias para que se identifique, como o próprio Vereador Netinho estava apontando, o conjunto de dados da região, do município, do Estado, para que a sociedade promova os devidos atendimentos, inclusive as autoridades. E também a sinalização da prioridade absoluta, dando pelo menos veículos para o Conselho Tutelar funcionar, além dos espaços próprios. Ontem mesmo, fui no Itaim Paulista e vi que o Conselho Tutelar... É interessante que as pessoas vão lá: um ambiente fechado, umas telhas de Brasilit, extremamente quente, impróprio, tanto para quem presta o serviço ali, quanto para as pessoas que vêm, inclusive crianças e adolescentes.

Então, a impropriedade do atendimento oferecido a quem tem que fazer a defesa dos direitos da criança é alguma coisa que está de uma forma escandalosa na cidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Sr. Lourival. O próximo é o Sr. Helder, do CONANDA. Queria pedir que as perguntas fossem objetivas, porque muitos querem usar a palavra.

O SR. HELDER - Bom dia a todos, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, Sr. Secretário. Primeiro, cumprimentar a iniciativa de ter o olhar para essas regiões que carecem muito de atendimento, dando assim o atendimento do direito também dessas pessoas.





Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 25 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Agora, eu não observei na fala do Secretário. Quando se constrói um projeto como esse, de atendimento a essas crianças, adolescentes e famílias, fazemos por um período, para que eles possam, no futuro, sair dessa condição da assistência, pois senão acaba virando assistencialismo.

Então, não vejo, nesse projeto, qual a proposta para que essa criança, esse adolescente, essa família saia da dependência de programas do Estado. Isso faz falta, pois, do contrário, a vida inteira teremos de financiar essas famílias, e não é por aí.

Uma segunda questão é quanto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é quem tem a competência para deliberar sobre a política da criança e do adolescente na cidade de São Paulo. Muitos projetos do Governo não passam pelo Conselho para que se faça um estudo dessas políticas.

A terceira e última questão é o fundo municipal. Sabemos que o fundo tem os recursos do orçamento público, mas há uma dificuldade enorme do conselho municipal poder usar esse dinheiro. Haja vista a questão das conferências. O dinheiro existe, as propostas do conselho estavam postas, mas o dinheiro não pode ser usado por entendimentos jurídicos, quais não sabemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Sr. Elder. O próximo é o Sr. Mauro, do Grêmio C, Sudeste.

O SR. MAURO - Boa tarde Sr. Secretário, Srs. Vereadores, todos os presentes. Só queria, inicialmente, parabenizar o Vereador Netinho



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:26 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

por ter trazido as preocupações do Fórum da Criança, principalmente no que diz respeito à conferência. Não estamos conferindo nada, até porque a Secretaria da Assistência Social não disponibilizou os mapas das entidades. Não está explícito onde essas entidades estão atuando, qual o perfil de atendimento, a clientela. Não dá para saber como iremos conferir o que aconteceu lá atrás para saber como ficar daqui para a frente.

Quero informar ao Secretário que essas 3 mil crianças estão ocupando os 180 faróis. Assim que tirar essas 3 mil, aparecem outras 3 mil. Não adianta, simplesmente, atuar o farol. Isso é uma falácia de quem ainda não assumiu o compromisso sério com a política pública.

Destacar que São Paulo é um exemplo a não ser seguido. Por quê? A política de direitos da criança e do adolescente está refém da Fundação Febem e dos grupos e institutos de fundações empresariais que, curiosamente, fazem parceria com a Fundação Febem, mesmo a Febem não tendo o registro de nenhum dos seus programas na cidade de São Paulo.

Queria destacar dois fatos graves que aconteceram na cidade de São Paulo e não estão sendo discutidos. Uma entidade montou duas casinhas de boneco, ou cachorro, como queiram, do lado do shopping do Tatuapé. A imprensa noticiou, foi a assistência social lá, pegou as casinhas, colocou dentro do caminhão e não dá nenhuma satisfação às famílias ou crianças. Não tem política de atendimento.

Outra coisa grave que queria destacar: a Secretaria disse que dará capacitação para os conselhos tutelares. Só que a assistência



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:27 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

social não cumpre nenhum dos direitos das crianças, boicotou o processo eleitoral do Conselho Tutelar e agora diz que vai ensinar conselheiro tutelar a defender direito de criança. As mesmas entidades e secretarias que não aceitam nenhum tipo de fiscalização.

Para chamar a atenção a uma responsabilidade atual, não ficar só no passado, a Secretaria de Assistência Social coordena o Fundo da Criança. Só que desde que foi lançado, não são publicados os balancetes, até hoje não sabemos em que foi aplicado os recursos da campanha 1% não dói.

Uma pergunta objetiva: como está o convênio com a Febem para instalar a unidade de Itaquera e quais são os convênios da Assistência Social com as medidas sócio-educativas.

Por último, a questão das creches. Existe uma discussão sobre o Fundeb, se vai incluir ou não educação infantil, e isso é uma falácia, pois estão querendo, na verdade, colocar verba da educação infantil para financiar ensino médio. No caso específico da cidade de São Paulo, não há esse problema, porque os impostos municipais não irão entrar no Fundeb. Só com isso, sobrarão 1,2 bilhão para educação infantil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado. O Secretário responderá às perguntas. A senhora Joana mandou por escrito uma pergunta. Gostaria de saber se Jabaquara continua como bairro nobre, enquanto Americanópolis, Vila Santa Catarina continuam abandonados, sem nenhum projeto social para crianças e adolescentes.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 28 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

A Sra. Joana é do Fórum Regional da Criança e do Adolescente do Jabaquara.

Tem a palavra o Secretário Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO - Primeiro, queria dizer que talvez haja muita desinformação nas colocações feitas, tanto pelo Lourival quanto pelo Elder e Mauro.

Queira falar rapidamente sobre o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de São Paulo. Não falarei tudo que penso, porque não irá contribuir. Se compararmos a quantidade de recursos que esse Conselho recebe, a título de contribuições da sociedade civil, em relação aos demais do Brasil, é algo absolutamente ridículo. O termo correto é ridículo. Para vocês terem uma idéia, nós ficamos com por volta de 8 a 9 milhões de reais, enquanto Porto Alegre arrecadou 80 milhões de reais.

A nossa capacidade de arrecadação estimada em São Paulo é de 200 milhões de reais. Isso mostra um grau de desarticulação, diria até algum trabalho próximo de uma ação inepta, não só do Conselho, mas da sua estrutura.

De fato, o Conselho hoje está na Secretaria de Participação e Parcerias, e o Fundo está ligado ainda à minha secretaria. Precisamos mudar isso, precisamos colocar o Fundo junto com o Conselho. Mas, de fato, tivemos problemas com as conferências lúdicas, mas quero deixar claro que foi problema do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente que encaminhou a nós, faltando dois ou três dias do início da realização das conferências, um edital para se fazer uma licitação.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:29 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Evidentemente, não era possível continuar dessa forma. Então é para dizer o seguinte, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente está funcionando mal, muito mal. Nós não conseguimos investimentos, não conseguimos aprovar projetos. Esta semana perdemos o prazo para apresentar projetos para a Fundação Telefonica porque a mesa do conselho não conseguiu se definir por projetos. É um negócio de maluco isso. Bom, mas acho que agora com a Presidência da Dra. Albertina Duarte, que é uma pessoa absolutamente comprometida com a criança e com o adolescente, nós vamos talvez articular melhor e conseguir dar um tratamento do Conselho, principalmente do ponto de vista executivo, que é quase inexistente.

Em relação ao apoio aos Conselhos Tutelares já começou, o curso já começou, está na segunda ou terceira semana. Então não é que vai dar o curso, já começou e a adesão é integral. E por que o curso? Porque percebemos que de fato muitos conselheiros tutelares não tinham a devida noção do Estatuto de Criança e do Adolescente, dos Direitos Humanos e mesmo sobre alguns pontos da Constituição Federal que tratam do tema. Era necessário, mas não é um curso de capacitação, mas sim um programa de formação continuada, ele está aberto não só aos conselheiros, mas para quem quiser se informar mais sobre os temas, está aberto. É no Spazo, na Rua Pedro de Toledo, onde antigamente era o prédio da Secretaria de Assistência, e ele está aberto. Foi uma determinação do Prefeito José Serra.

Além disso, acabamos de implementar, fechamos a distribuição do Tear, para todas as organizações terem um sistema, uma ferramenta



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 30 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

tecnológica que vai nos ajudar a monitorar as organizações em relação ao tratamento dessas crianças, e a instalação e capacitação do CIPIA(?) que é um outro programa. Na verdade, estamos na direção correta.

Queria dizer ao Lourival que a municipalização está em andamento, ela não parou. Agora, o que se chamava de estrutura modelo de municipalização pode ser para um, para nós não pareceu modelo na medida em que você tinha algumas organizações cuidando da base e uma organização que mandava nas outras, que dava as determinações ações que deviriam fazer, o que não era correto. Quem dá a política, quem dá a determinação é a política pública e a Prefeitura implementa com as outras organizações.

Para não ficar falando de cada ponto, quer dizer, o PROASF(?), as portas de saída - achei muito pertinente o que o Sr. Elder pergunta -, elas estão nas escolas, nos núcleos sócio-educativos e em capacitação e formação. E isso é importante destacar porque a Secretaria do Trabalho entra dentro do PROASF(?). Talvez o Seu Lourival que falou do tamanho do PROASF, quero dizer que na verdade temos dois programas, o PAIF - Programa de Ação Integral à Família, que é federal, e o PROASF. Mas quero dizer a você que o que estamos fazendo não tem nada a ver com a dimensão do que teve até hoje. Nenhum desses programas conseguiu enxergar a proteção à família, o acompanhamento da família como proteção que tenha a ver com renda mínima, com saúde, com educação, com esporte, com cultura, com trabalho. O que estamos fazendo é que vamos usar uma ferramenta, que é



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 31 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

o cadastro único, que é a principal ferramenta que temos para localizar as famílias nos setores mais vulneráveis. E através do cadastro único é oferecer a essas famílias todos os programas, e os programas vão buscar famílias, inclusive habitação, no cadastro do PROASF. Acho que estamos fazendo o grande guarda-chuva da proteção social e não do assistencialismo, mas da proteção social.

E para o Mauro quero dizer que está tudo na Internet. Desde o dia 12 de janeiro determinei que todos os convênios da Assistência Social da Cidade de São Paulo, todos fossem para a Internet em cinco colunas: nome da associação, local, quantas pessoas atendem e quanto o poder público gasta por mês. Pela primeira vez você vai conseguir ver cada uma das organizações conveniadas da Prefeitura, quanto estamos pagando e quanto estão atendendo. É bom que vejam para ir lá, checar, nos ajudar no controle social, no controle público, se o dinheiro que a Prefeitura gasta está sendo bem gasto e da forma adequada.

Em relação às casinhas de cachorro, queria só fazer um comentário porque, de fato, nos prendemos muito no que a mídia fala. Acho curioso o tratamento que a mídia dá ao sistema. A Dona Luzia que não tem convênio com a Assistência Social, tem convênio com uma creche com a Educação, e nunca trabalhou com situação de proteção de criança e de adolescente em situação de rua, resolve um dia atender duas crianças que estavam ali, e colocam duas casas de cachorro. Eu chamo de cachorro e não de boneca porque casa de boneca tem janela, e aquelas não tinham janela, só por isso. Coloca ali. O que chamou a atenção é que a imprensa deu cobertura de uma semana para aquilo. Na



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 32 :

Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

segunda-feira seguinte, não estava programado, alguns vão achar que fui eu que pedi que colocasse a casinha de cachorro lá só para criar o fato, a Prefeitura respondeu inaugurando o Centro de Referência da Criança e do Adolescente em São Miguel Paulista, com capacidade para 25 crianças. Antes os centros tinham capacidade para 120 crianças. E nós não concordamos porque inclusive fere o Estatuto da Criança e do Adolescente. A imprensa deu uma foto legenda. Então, essa é a forma como a imprensa trata o assunto.

No entanto quero dizer - já que é uma audiência pública - aos nobres Vereadores que aquelas crianças foram abordadas 19 vezes. Temos relatório de todas, inclusive de algumas delas do dia anterior à colocação das casinhas lá. Uma delas, inclusive, tem diagnóstico de esquizofrenia e estava em tratamento num abrigo e fugiu do abrigo.

Então é para dizer a vocês que o tema é complexo, aqui ninguém tem solução, não temos uma solução, temos uma política em construção que não é nosso, é uma política pública, e aprovada. Alguém falou onde está a discussão do CMDCA, afirmo que tudo que estamos fazendo já foi aprovado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Municipal de Assistência Social, é uma política pública que está escrita, não estamos fazendo nenhuma novidade se não implementar essa política pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Antes de passar para o próximo perguntador, queria anunciar a presença da Sra. Dagmar de Oliveira, assessora do Secretário Municipal de Planejamento que



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 33 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

acompanha esta atividade. O próximo é o Sr. Carlos Nambu. Vou ser rigoroso, são três minutos, porque há mais oito inscritos. E na fala do Sr. Carlos, vamos encerrar as perguntas para cumprir o nosso tempo.

O SR. CARLOS NAMBU - Agora eu falo como membro do Conselho Municipal. Queria alguns esclarecimentos em relação à questão da retirada das crianças da rua, a questão do Não dê Esmola, não foi citada a questão dos critérios e procedimentos e para onde vão ser encaminhados. E algumas questões quero esclarecer, se houve audiência pública, reunião com outros atores voltadas para a criança e para o adolescente. E também dentro dos programas, inclusive um deles foi citado, temos problemática em relação aos abrigos. Como é que fica a questão da municipalização dos abrigos, porque temos os conveniados com o município e os com o Estado, onde diferem na questão da verba e no número de atendidos. E também a questão colocada pelo Lourival e pelo Mauro em relação à municipalização das medidas sócio-educativas, que não foi abordado neste momento. Faço essa solicitação de esclarecimento porque no primeiro tema sobre as conferências que estão se realizando na cidade, e que também será o temas das conferências lúdica e municipal, o gerenciamento conjunto, entre sociedade civil e governo em relação às políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente. Então seria a grande importância desta audiência pública, uma reunião com a sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Tem a palavra o Sr. Marcos Juvenal Pinto, membro do Fórum da Capela do Socorro.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 34 :

Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

O SR. MARCOS JUVENAL PINTO - Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer porque nesse quadro quando colocaram essa região, mais abaixo, que é de Parelheiros, colocaram em marrom. Quero fazer uma referência de que lá a coisa não é marrom, está muito mais difícil, está negra lá. E também como foi abordada a discussão na fala do Paulo Fiorilo, e do Secretário, a questão de como conseguir o registro para Núcleo Sócio-Educativo, nessa linha. Queria saber do Secretário se juntamente com os Vereadores, se existe algum programa, se há alguma coisa, e não no sentido de facilitar e depois deixa que a própria entidade cuida. É facilitar a documentação, Secretário, mas que haja mesmo controle, fiscalização. Porque há na região algumas entidades que têm trabalho de algum tempo com criança e adolescente, só que não conseguem o registro por muitos fatores, inclusive porque estamos numa área de proteção dos mananciais, e se para as zonas Norte, Leste, Oeste é difícil, para nós é duas vezes pior. E também gostaria de dizer de uma preocupação, quando o Secretário no que implica a exploração sexual que parece que pela fala do senhor vai ser trabalhada a questão com as escolas, capacitando os professores e tudo o mais. E já existem algumas leis também que abordam o assunto, só que é só na área da Saúde. Queria que o senhor pudesse detalhar o que é esse tipo de capacitação que a Prefeitura pensa, eu gostaria de aprofundar mais no tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Próximo é a Sra. Sandra Tereza, ex-conselheira tutelar e membro do Fórum da Criança e do Adolescente. A senhora tem três minutos.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:35 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

A SRA. SANDRA TEREZA - Tenho uma preocupação, Secretário. O senhor sabe da violência doméstica e sexual, elas são muito grandes em São Paulo. Às vezes é o pai o agressor e essa família não tem para onde encaminhar tanto a mãe quanto as crianças, não há abrigo para recolher essa família. Outra coisa é que ano a ano o Orçamento é cortado em relação à criança e ao adolescente. Todos os projetos sociais, principalmente para dependência química, tenho percebido que não há grande preocupação, gostaria que houvesse mais preocupação dos senhores. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Próximo é o Sr. Joaquim Pereira, Fórum da Sé.

O SR. JOAQUIM PEREIRA - Bom dia a todos. Na verdade, como membro da Sé temos algumas preocupações na nossa região, uma das mais difíceis da cidade de São Paulo. Na verdade, não concordo muito com o Secretário em sua fala em relação ao Orçamento das conferências. Acompanhamos pela Sé e dificuldade do poder público, a omissão, na verdade do poder público. Não teve gerenciamento, não teve a participação tanto da SMAD(?) e da Secretaria de Participação e Parceria. A gente protocolou várias cartas, chamamos várias reuniões e não tivemos resposta. Então, vimos o empenho do CMDCA, o Carlos estava presente e a Marisa. Desde o ano passado vimos a preocupação deles, e essa conferência já estava no planejamento. Acho que houve ausência da SMADs(?) e da Secretaria de Participação e Parceria. É isso. Fica aqui o meu registro, e a nossa indignação com a ausência do poder público. A sociedade civil e também o Conselho Tutelar e o Fórum que realmente,



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 36 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

com toda a dificuldade, realizou a conferência na Sé. Infelizmente é esse o meu registro. Também assim, a nossa preocupação é com a omissão mais uma vez do poder público, a Secretaria, a SMAD está tratando a criança como caso de polícia e não como política pública. Estamos vendo uma série de desocupação de prédios públicos, prédios privados na região central, mas está faltando a presença da Secretaria. Não tivemos nem uma assistência social ontem na desocupação que houve na região da Luz. Quem fez o papel de assistente social foi o CEDECA Sé que acompanhou as crianças, que foram agredidas pela polícia. Duas pessoas da Ouvidoria foram lá e constataram isso, que houve truculência da polícia na ação de despejo. Na verdade, vieram com todo aparato e não tem acordo, negociação. É um pouco isso. Queria ouvir essas respostas do Secretário, porque na verdade faltam mais políticas públicas, falta compromisso do atual Governo que realmente não está dando prioridade absoluta para a criança e para o adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - O Sr. Secretário, por favor.

O SR. FLORIANO PESARO - Eu vou dispensar aqui as argumentações de caráter evidentemente político, porque estamos tratando de uma política pública que precisar ter responsabilidade. Tenho absoluta convicção de que estamos no caminho certo porque estamos trabalhando e respeitando as políticas determinadas pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Como eu disse, não estamos saindo dessa política.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:37 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

Queria destacar dois pontos importantes. O Carlos me pergunta sobre critérios e procedimentos para tirar as crianças das ruas. Carlos, estamos terminando - devemos divulgar proximamente - o São Paulo Protege, que é um documento de fôlego, intenso, que leva em conta todas as políticas públicas e vamos colocar o documento na Internet, e falo da Internet porque é a forma mais fácil de se poder ler, avaliar, analisar o documento, mandar sugestões por e-mail. Mais é evidente que esse documento está passando por uma discussão no Conselho Municipal de Assistência Social e nos fóruns adequados. Eu já apresentei ao Fórum Paulista de Erradicação do Trabalho Infantil, está sendo apresentado em diversos fóruns da cidade, e também será apresentado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Em relação aos abrigos, você tem razão quando fala em relação aos abrigos do Estado e do Município. No Município temos um per capita maior, pagamos mais aos abrigos do que o Estado, que tem mais gente e paga menos. Precisamos ver como vamos fazer essa transição, porque como me perguntou o Vereador Zelão, impacta em ter ou não dinheiro. Precisa ver como essa política vai se dar.

Em relação à questão da municipalização das medidas sócio-educativas, ela está acontecendo, mas enfrentamos o mesmo problema que a gestão anterior enfrentava, e essa foi uma longa conversa que eu tive com a Profa. Aldaíza, precisamos ter recursos para fazer isso. A minha idéia é que pouco a pouco vá passando os recursos para nós, em quantidade maior, na medida em que possamos dar respostas melhores. Vou ser muito sincero com vocês, francamente, não acho que isso está



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:38 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

esclarecido do ponto de vista da metodologia do trabalho. As medidas sócio-educativas em meio aberto são eficientes se bem-feitas. Esse tratamento é que estamos discutindo e avaliando com as organizações, com os CEDECAS, e é um tema complexo de fato. Porque não são só crianças que foram para as ruas por uma simples questão de desestruturação familiar, mas são crianças que além disso cometeram infrações das mais variadas. Então a dificuldade é grande, mas o caminho não tem volta. A municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto é sem volta e estamos trabalhando para isso.

Em relação aos registros das entidades que o Marcos me pergunta, é realmente é um negócio impressionante. Impressionante. Eu me impressionei com a dificuldade que as organizações têm de conseguir o certificado, tanto no COMAS, como no CMDCA. E o CMDCA é pior do que o COMAS, leva mais tempo.

Mas é evidente que sempre vai ficar esta coisa: quem é culpado? Eu não sei quem são os culpados. O que sei é que os Conselhos têm de trabalhar com sua estrutura e sua capacidade de operação. Podemos dizer que os culpados são o Poder Público e a sociedade civil. E o que interessa? Eles fazem parte do mesmo conselho, além do fato de que não é verdade que o Poder Público não tem agido. Do jeito que se coloca aqui, o Joaquim, por exemplo, fica parecendo que fizemos uma conspiração para não pagar o lanche das crianças. Foi um acordo. O Secretário sentou e pensou como iria fazer para não pagar. Ora, bolas. Pelo amor de Deus, gente. Nós estamos na mesma tarefa. A tarefa é a mesma. O que aconteceu eu já falei aqui: foi incompetência.



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 39 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Incompetência da gestão do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente em fazer com que os processos andassem. Todos os processos que vieram para mim chegaram quadrados. Eu diria até hexagonais, para tentarmos arredondar como manda a lei. Porque eu não posso contratar qualquer empresa, como o Conselho queria; eu tenho de contratar licitando, fazendo pregão, com prazos legais etc.

Então, quero ressaltar que não há dificuldade no Poder Público. O Poder Público é o meio de se fazerem as coisas, com parceria, com as organizações da sociedade civil. Parceria com as organizações que evidentemente entendem dessa forma e trabalham dessa forma.

E, por último, Vereador Paulo Fiorilo, quero só dizer que as eleições para os Conselhos Tutelares neste ano, na opinião de grande parte deles, com quem conversei no dia da diplomação, foi a melhor eleição nos últimos anos na história de São Paulo. Não fui eu que falei; foram os conselheiros tutelares. E não pensem que eram do PSDB, ou do PT. A grande maioria era formada de conselheiros ligados a igrejas. Mas o que me surpreendeu é que eu perguntei: "Por quê?" Eles responderam que as eleições tiveram um problema apenas, em São Miguel Paulista, que foi, de alguma forma, superado. Além disso, houve um comprometimento do Secretário Gilberto Natalini como eles nunca tinham visto antes na cidade de São Paulo. E afirmam também que o dinheiro para as eleições dos Conselhos Tutelares foi todo pago com o Tesouro Municipal. Não estou querendo dizer que isso seja mais ou menos do que a nossa obrigação.



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

rod.: 01 fl.: 40 :

Orador(es):

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - O próximo bloco, e último, de perguntas é do Sr. Bezerra, Conselheiro Tutelar de Guaianases. Estão inscritos: Sra. Maribe, Sra. Terezinha e Sra. Cátia. O Secretário responderá às perguntas, e a Comissão fará os encaminhamentos desta reunião que necessitem da aprovação dos Vereadores presentes.

Por favor.

O SR. BEZERRA - Bom dia. Sou Conselheiro Tutelar, meu nome é Bezerra. Fui eleito também Coordenador da Setorial Leste, onde tomei posse ontem. Estou feliz pelo Netinho, em particular, e cumprimento a Mesa - Zelão, Secretário, Fiorilo e o Atílio. Faz uns três anos que estive aqui.

Fui contemplado com o que já disseram os que me antecederam, mas eu queria só aproveitar a oportunidade para dizer ao Secretário uma coisa. Eu sou Conselheiro Tutelar pelo segundo mandato e, na verdade, é difícil que um conselheiro tutelar fique por três anos. Eu gostei quando você fez a separação de capacitação e qualificação. Todo mundo que se inscreveu nos processos eleitorais para concorrer a uma cadeira de conselheiro tutelar tem alguma experiência voltada à criança e ao adolescente, com certeza. Mas eu não quero me alongar. Quero dizer, em uma grande parte da minha vida, eu fiz o social, mas muito longe de ter a visão que tenho hoje. É diferente. Conselheiro tutelar é uma missão de Deus; não é apenas um cargo. Tanto é que alguns conselheiros, talvez entre eles, eu, encolhi economicamente para me manter ali. E quero dizer para o senhor o seguinte: todas



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 41 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

essas medidas eu sei que são de extrema boa vontade, mas se clama por uma emergência muito maior.

Inclusive, o coordenador do SATLA lá de Guaianases, que é o Chiquinho 90, veio conversar comigo, porque eu tive o desprazer de receber uma assistente social, a qual não identificarei, que me disse que eu estava encaminhando as pessoas para o lugar errado. O caso era de uma família em que a mãe ia se suicidar. Eu não quero dramatizar. Eu perguntei: "Por que para o lugar errado?" Ela falou: "Você sabe que não tem nada no SAS, aqui". Eu respondi: "Não sei". A sede do SAS era junto com o Conselho Tutelar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - O senhor tem um minuto.

O SR. BEZERRA - Então, quero dizer que essas medidas devem pelo menos dar condições ao conselheiro tutelar, por eficiente que ele seja, de fazer um atendimento completo. Hoje, o conselheiro, não tendo para onde encaminhar, vai bater no ombro da mãe e vai dizer: "Vai com o teu problema de volta". Hoje mesmo eu encaminhei uma criança para um pedido de par de óculos. São coisas muito simples, muito primárias, que daí parece que não, mas evita que ele vá para o farol, que traga um prejuízo, tanto humano quanto financeiro futuramente.

Então, sugiro que se coloque, até conversando com o Estevão Galvão também, a possibilidade de existirem casas de passagem de apoio ali, porque nem sempre os encaminhamentos são para abrigo. Podem ser resolvidos ali, por uma questão temporária, retornando logo a criança ao seio da família e se evitando toda essa dificuldade. Sugiro que em cada subprefeitura houvesse essa casa de apoio para se fazer uma



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 42 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

avaliação, dando um tempo maior para o conselho tutelar, junto com assistente social, psicólogo, de fazer uma avaliação dos encaminhamentos que deverão ser feitos para as diferentes situações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Sr. Bezerra. A próxima é a Sra. Marilena Aparecida da Silva, assessora do Vereador Francisco Chagas.

A SRA. MARILENA APARECIDA DA SILVA - Bom dia a todas e a todos. Eu tenho um trabalho junto às entidades na minha região de Sapopemba que tratam da criança e do adolescente. Quando o Secretário fala dessa quantidade de crianças nos faróis aqui no nosso Município de São Paulo, eu fico pensando - não sei se estou certa, é preciso até fazer uma pesquisa, mas me parece que, nos faróis, no Município de São Paulo, não são só crianças do nosso município que ali ficam. Existem também crianças que vêm dos municípios vizinhos. E a gente percebe também que esse problema não é de um, ou dois, ou três anos, mas é uma coisa muito antiga. E a gente, infelizmente, percebe também que vem aumentando a cada dia. Então, eu gostaria de saber qual a parceria efetiva junto à Prefeitura e junto ao Governo do Estado. Porque, se essas crianças vêm também de um outro município, é um trabalho conjunto que deve ser feito junto ao Governo do Estado.

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Sra. Marilena. A próxima é a Sra. Terezinha Helena Almeida, do Fórum Municipal e do Observatório.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:43 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

A SRA. TEREZINHA HELENA ALMEIDA - Bom dia a todos e a todas.

Vou falar por três minutos para fazer um gancho e para futuramente colocar no cronograma até dezembro uma reunião. Porque eu não agüento mais; os que fizeram o PROASF, que estão aqui, também não agüentam mais; os que trabalharam um ano depois que o Maluf cortou esse programa também. Venho aqui falar que esse PROASF que está aí é um organograma, é o PROASF Família, Renda Mínima, Trabalho Infantil, tudo é o PROASF.

O PROASF é um programa que centenas de pessoas que trabalharam no movimento da infância fizeram, com toda a sua experiência. E esse PROASF tem 13 volumes. O enfoque principal é a família, é inserir a criança na sociedade. é um trabalho em conjunto.

Então, eu quero um espaço para nós trazermos as pessoas que fizeram o PROASF, para a gente explicar o que é o PROASF. Se, desde 95, o PROASF estivesse funcionando, se o Prefeito não tivesse cortado, esta cidade seria outra. Essas crianças, adolescentes e as famílias estariam inseridas na sociedade. Tanto é que se fala em PROASF e em "PROASFinho". O "PROASFINHO" é essa coisa pequena, desse organograma. O PROASF inclui educadores sociais de rua e na rua, conselhos tutelares, as entidades, a política pública, toda secretaria universal e permanente, não-compensatória.

Porque eu quero protestar de estar aqui só cuidando do compensatório. Há 15 anos, se o ECA tivesse sido cumprido, como a Convenção Internacional da ONU cobrou do Brasil, de mandar um relatório nosso lá, hoje não haveria mais criança de rua. Então, nós



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:44 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

estamos aqui com uma inversão de valores, gastando dinheiro na consequência e não na causa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Um minuto.

A SRA. TEREZINHA HELENA ALMEIDA - Então, eu gostaria que a Casa desse um espaço, mas um espaço grande, futuramente, nem que fosse uma audiência pública extraordinária, fora desse cronograma, para a gente colocar isso.

Eu já vi o senhor várias vezes no Instituto PODS, em outros lugares, falando do PROASF. Na última vez, no Instituto PODS, eu saí na hora em que o senhor falou, porque eu não tinha condições de discutir com o senhor. Alguém, depois, no final eu soube, falou que esse PROASF não é isso. Não é essa coisa supérflua, essa filigrana com família. Conselho Tutelar não tem um Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar para trabalhar, uma coisa séria com a família, entendeu? De estar todo mundo articulado. O PROASF é um programa integral e integrado, que vai fazer com que se forme uma política pública universal e permanente, para não precisar da compensatória. Chega. O ECA veio para mudar a cara do Brasil, ser outra sociedade, de direitos. Não a quem necessitar. Estamos perdendo de 10 a zero por não termos uma secretaria de cidadania e justiça para o ECA estar ligado a ela. Nós estamos ligados à Assistência Social, e eu não aceito isso. Nós fizemos uma viagem a pé por 40 dias e 40 noites, pegando as assinaturas e RGs para pôr 227 lá, que fez sair o ECA. Isso tudo não foi para ficar 15 anos atrelados à Assistência Social, tá? É por isso que eu saí da minha cama, doente, e vim aqui ouvir essas coisas aí.



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:45 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

Vamos ter de pôr as coisas nos seus devidos lugares. Um país sério tem política pública básica, permanente e universal, com educação, saúde e moradia, desde que o brasileiro nasce. Está no ECA isso. Então, nós não estamos cumprindo a lei. O Ministro Amorim teve de levar lá os 10 anos atrasados, e está errado o que ele levou, porque nenhum dos senhores aqui escreveu aquilo que está lá, se foi feito ou se não foi feito. Não teve orçamento para isso. Cortaram o programa, porque tinha de cortar. Nós temos o compensatório, que vem depois do que não se fez. Então, vai para a FEBEM, porque aquele menino não teve todo o tratamento que um país sério oferece: creche, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, profissionalizante, etc. Está bom? Então, eu agradeço.

E a questão daquele programa da Telefônica há necessidade de saber por que o Conselho renunciou todinho, na época. Parece que não estão falando aqui por que, não é? É uma questão do empresário que não tem um diagnóstico onde ele deve pôr aquilo e ignorar a deliberação do Conselho Municipal, que tem autonomia para dizer onde deve pôr aquele dinheiro, principalmente 1% que não é dele, é do Governo Federal que abre mão aqui. Está bom? Então, muita coisa a gente precisa conversar. Esse Proasf nós temos que colocar no seu devido lugar. Gastou-se dinheiro para o diagnóstico, está aí, eu tenho toda essa documentação que está indo para um centro de documentação na Treze de Maio, os senhores podem ir lá e consultar e ver a cronologia do Proasf.
(Palmas)



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:46 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

O SR. PAULO FIORILO - Muito obrigado, D. Terezinha, sempre com uma intervenção contundente e pertinente. Muito obrigado.

Última oradora, Sra. Cátia, do Conselho Tutelar, por três minutos, senão a gente não conclui no horário.

A SRA. CÁTIA - Boa tarde a todos, composição da Mesa, boa tarde. Cátia, de Vila Mariana. A minha pergunta eu quero direcionar ao Presidente da Comissão. Preocupados com o Orçamento para 2006, nós queremos saber o que está previsto dentro do Orçamento de 2006 direcionado aos Conselhos Tutelares.

Só para oficializar, nós protocolamos aqui hoje um ofício elaborado pelo Fórum Regional da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vila Mariana. Devido às condições precárias da nossa sede hoje, estamos solicitando a inclusão no Orçamento municipal de recursos financeiros para pagamento de aluguel e espaço para a sede do Conselho de Vila Mariana e possíveis recursos orçamentários para a implantação de uma creche no Distrito da Saúde, conforme demanda. Já foi entregue à Mesa e nós pedimos... Eu como representante do colegiado do Conselho Tutelar de Vila Mariana... Queremos saber do Presidente da Comissão essa preocupação com os Conselhos Tutelares dentro do Orçamento municipal para 2006.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Sra. Cátia. Eu vou passar a palavra ao Secretário e em seguida vou responder às duas questões da Sra. Cátia e da Sra. Terezinha e os encaminhamentos que são necessários.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 47 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

O SR. SECRETÁRIO - Eu queria falar que são muito pertinentes as colocações do Dr. Bezerra e nós estamos levando em consideração isso que foi colocado.

Em relação à Marilena, tem toda a razão. Nos 180 cruzamentos onde nós fizemos a pesquisa, nós identificamos que 30% dessas crianças vêm da Região Metropolitana. Diante desse fato, em fevereiro eu fiz a primeira reunião dos Secretários Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social da Região Metropolitana. Ela ocorreu lá na Vila Mariana e estavam presentes todos os municípios da Região Metropolitana. Os Secretários que não puderam ir mandaram seus adjuntos ou chefes de gabinete. Foi uma reunião importante para que a gente tenha uma linha comum de trabalho, seja nos abrigos, seja nos núcleos sócio-educativos, principalmente no pós-escola. O que vai fazer diferença é o pós-escola, porque na medida em que você mantiver as crianças na escola e no contra-turno ocupadas com atividades lúdicas, esportivas, culturais, isso faz diferença na formação. Em parceria com o Estado isso já está ocorrendo. A Secretaria Marilena se comprometeu e já está em licitação um censo de criança e adolescente de rua na cidade de São Paulo. Isso vai ser importante porque quando foi feito um censo da Fipe para adulto, se registrou criança, mas não era um censo específico para criança. Então, esse censo é importante para que a gente tenha a real dimensão do problema na Cidade.

Em relação à Terezinha, eu só posso dizer que ela tem razão. Agora, eu não entendo qual é o conflito. É o contrário. Tudo isso que ela está dizendo nós lemos exaustivamente, só que não foi implantado.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:48 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

É exatamente isso que ela falou. O Proasf nunca foi implantado na sua plenitude. Quando o Prefeito soube disso, o Prefeito fez o inverso, D. Terezinha, e falou: "Eu quero que implante o Proasf em sua plenitude como programa carro-chefe, guarda-chuva, o programa que vai englobar a assistência e o desenvolvimento social". Eu não posso entrar em detalhe aqui. São 250 páginas do programa, não cabe entrar aqui e detalhar. A senhora conhece, eu conheço, eu li todo o processo, eu li tudo o que nós temos até agora de literatura sobre o Proasf. Por isso que eu disse no início que eu não preciso inventar a roda.

Não é perfil do Prefeito Serra inventar a roda. O Prefeito Serra quer que as coisas funcionem, então ele falou: "Floriano, não inventa a roda. O que é importante?" O importante é o Proasf, se nós conseguirmos implementar. Eu falei exatamente o que você falou aqui: se o Proasf tivesse sido implementado quando da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, quinze anos atrás, nós não estaríamos na situação em que estamos hoje, de degradação, completa desestruturação familiar nas grandes cidades do Brasil, nas Regiões Metropolitanas. É isso que está acontecendo. Então, Terezinha, eu só posso lhe dar razão, mas dizer que nós estamos na mesma direção.

Bom, Orçamento os nobres aqui vão falar. Eu não vim aqui falar de Orçamento hoje, porque nós estamos discutindo Orçamento lá dentro do Governo para depois submeter aos fóruns adequados paritários e depois enviá-lo à Câmara Municipal. Por isso que eu não entrei na... mas pode ter certeza do seguinte: Orçamento, quanto mais, melhor. Nós



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:49 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

estamos discutindo e brigando por muito recurso para fortalecer a musculatura dessa nossa rede, fortalecer os nossos programas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Quero agradecer a presença do Secretário.

Antes de definir os encaminhamentos, vou responder a duas questões. É preciso lembrar também que esse tema que diz respeito ao Orçamento a Comissão pautou para o dia 6 de outubro, se eu não estiver enganado - eu já falo já -, uma próxima discussão mais aprofundada sobre o orçamento da criança e do adolescente. Nós vamos fazer o encaminhamento em seguida.

Com relação à pergunta da conselheira Cátia, tanto o Vereador Netinho quanto eu somos membros da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, que vai discutir a elaboração do Orçamento que o Executivo enviar para cá até o dia 30 de setembro, por isso que nós estamos pautando mais um debate. Recebemos a demanda de vocês e é óbvio que a Comissão e esses Vereadores que eu citei, além dos outros da Comissão, vão se debruçar para que possamos ter um orçamento adequado à Secretaria e para as outras secretarias que atuam com criança e adolescente na cidade de São Paulo, dentro, é óbvio, de todas as dificuldades que o Orçamento nos coloca.

Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Netinho.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - (Pela ordem) - Sr. Presidente, gostaria de fazer duas ponderações que me parecem bastante





Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:50 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

pertinentes, até porque estamos chegando no encerramento da reunião e temos três deliberações de encaminhamento a realizar.

Na Comissão de Finanças e Orçamento introduzimos uma nova dinâmica fruto de um sistema que montamos dentro da nossa estrutura de gabinete, que é o sistema parlamentar de acompanhamento da execução orçamentária, e quero trazer uma informação que parece importante. Vou distribuir para os membros da Comissão e vou deixar duas cópias para o Fórum e para o Conselho.

A Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social chegou muito próximo, no primeiro semestre, da execução orçamentária de 50% daquilo que esta Casa aprovou, portanto muito próximo daquilo que espera o parlamento quando aprova a Lei Orçamentária e esse cumprimento se dá 1/12 a cada mês. Mas a preocupação é maior do que essa, porque não é do cumprimento do orçamento aprovado, aquele que reconhecidamente não consegue atingir a todos os programas aqui debatidos, e é esta a convocação que vamos ter que fazer com muita sabedoria, de discutir dois pontos orçamentários. Um é o valor que se coloca. O outro é a capacidade de observação da efetividade, da eficácia e da eficiência da sua aplicação.

O parlamento tem como este instrumento de controle externo a sua ferramenta mais importante para o desenvolvimento da sociedade. Esta é a parceria definitiva do parlamento com a sociedade. É conseguir com que aquele recurso gravado no Orçamento tenha a utilização social de cada um dos programas, sub-programas ou atividades. Que, portanto, a materialização do recurso orçamentário na



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 51 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

sua execução financeira não leve conforto, não, mas leve à retribuição daquilo que foi depositado nos cofres públicos.

Esta é a tarefa que o parlamento ainda não encontrou e se degradou pela incapacidade de observar para onde vai o recurso público. Portanto, como estamos na área mais sensível da execução orçamentária, que é aquilo que trata do nosso sucessor, que trata daquele que vai herdar os nossos erros e os nossos acertos, a observação que os Conselhos Tutelares, que os Fóruns, que todas as entidades têm que ter é de conseguir observar não enquanto crítico, mas enquanto responsável de se efetivar o orçamento aprovado, mas em cima de uma discussão feita aqui.

Portanto, quero elogiar a conduta da Secretaria neste primeiro semestre por perseguir a execução do orçamento aprovado, embora reconhecendo que ele não é do tamanho necessário. Mas acho que desta reunião tem de sair esse cronograma de discussões do orçamento, mas também um compromisso do acompanhamento da efetividade da sua aplicação, para que não se fique no sonho de quinze anos do ECA, lei magnânima, mas que não conseguiu chegar à sua plenitude porque não se observou o quanto de financiamento se precisava e o acompanhamento da sua aplicação. Esta é uma tarefa inalienável deste parlamento e de qualquer parlamento que tenha responsabilidade social.

Portanto, deixo o relatório da execução orçamentária do primeiro semestre. Agradeço sinceramente, Secretário, a forma quase que audaciosa que V.Exa. teve nesse primeiro semestre de perseguir a aplicação do duodécimo e chegar ao final do primeiro semestre muito



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 52 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

próximo dele. Conte com a ajuda dos membros desta comissão para ter mais do que V.Exa. teve, mas conte também para ter fiscais mais eficientes da aplicação desses recursos. Aí acho que poderemos ter uma sociedade não mais justa, mas que busca justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Vereador Netinho.

Quanto à proposta da Sra. Terezinha, a Comissão entende a necessidade de fazer o debate sobre o Proasf. Nós temos duas datas no nosso calendário em que provavelmente poderemos incorporar essa questão e, se for o caso, promover uma reunião extraordinária para o tema. Uma é a data do dia 1º de setembro, que é a discussão quanto à importância do diagnóstico da criança e do adolescente no Município para a elaboração de plano de proteção integral, que é o tema que se repete também no início de dezembro, no dia 1º de dezembro. E nós vamos também, junto à assessoria, pensar na possibilidade de uma extraordinária sobre esse tema.

Consulto os Vereadores Bispo Atílio, Marta Costa, Netinho e Zelão se há alguma consideração ainda quanto ao tema do Secretário, porque nós temos três encaminhamentos. O Vereador Zelão. (Pausa) Vereadora Marta. (Pausa) Vereador Atílio, por favor. (Pausa) Não. Muito obrigado. Então nós vamos rapidamente aos encaminhamentos, porque o nosso horário já foi extrapolado em seis minutos.

Todos aqui que acompanharam as reuniões da Comissão estão cientes de que nós vamos fazer uma discussão sobre a Lei 11.123 de



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 53 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

1991. Nós estamos propondo uma Audiência Pública para o dia 18 de outubro, das 9h30min às 12h.

Essa audiência será resultado do debate que vamos promover até o dia 18. Fizemos um calendário: amanhã, dia 19 de agosto, a partir das 10h, vamos ter a primeira reunião, com a presença do representante do Ministério Público, o Dr. Motauri, e foram convidados entidades e Assessores dos Parlamentares para participarem dessa primeira reunião. Eu não vou falar aqui qual é o calendário. As pessoas que vão participar, depois, podem ter acesso.

E, no dia 18, faremos audiência pública. E, no dia 20 de outubro, faremos uma reunião ordinária para fechar a proposta de projeto de lei assinado por todos os membros desta Comissão, para revisão da Lei 11.123.

Queria perguntar se há acordo e concordância dos Srs. Vereadores Bispo Atilio, Marta Costa, José Police Neto - Netinho e Zelão. (Pausa)

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - Eu tinha feito um encaminhamento, Sr. Presidente, para que a gente deliberasse o grupo de trabalho, o GT, para que a gente definisse - e aí vou pré-anunciar, mas sem nenhum detalhe, isso. Exemplo: dois Srs. Vereadores, quatro Assessores Parlamentares e seis da sociedade civil organizada.

A idéia é definirmos o calendário, mas junto com o calendário, definirmos qual o grupo de trabalho que é responsável, tendo lá dois Srs. Vereadores, quatro Assessores Parlamentares e um conjunto da



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 54 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

sociedade que possa nos ajudar. Esse é o grupo que vai ter a obrigação de participar de todas as reuniões.

É lógico que aqueles que não estiverem podem participar e oferecer, mas a gente precisa ter um grupo que vai fazer a sistematização de um conjunto de informes que vai chegar. Acho que dois Srs. Vereadores dão conta disso. Os Srs. Vereadores que não estão presentes poderão oferecer seus Assessores, para termos quatro Assessores Parlamentares dentro desta comissão; e aí um conjunto da sociedade, de mesmo número dos dois Srs. Vereadores; com os quatro, dão seis membros da sociedade, sejam dos fóruns, sejam dos Conselhos, e a gente poderia ter esse modelo.

É lógico que a gente gostaria muito de receber também as iniciativas do Executivo e aquilo que ele tem a oferecer no conjunto de estudo que já realizou, mas não dá para a gente determinar; mas dá para deixar aberta essa possibilidade de recepção de estudos, teses e avaliações técnicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Nobre Vereador Netinho, só para completar: aprovamos, na reunião passada, uma proposta que V.Exa. elaborou, sempre com muito qualidade, da montagem desse grupo de trabalho, que pode, inclusive, ser incorporada a essa outra. Mas participam do grupo de trabalho: CMDCA, Condeco (?), Conanda (?), Ministério Público, Comissão Especial Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Cetesp (?). Estamos convidando as Secretarias envolvidas e o Fórum Municipal, além dos representantes dos Srs. Vereadores.



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 55 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - A minha preocupação agora, Sr. Presidente, é nominar. A grande dificuldade é que a gente tem uma reunião para amanhã e continuam a ser os representantes que não estão nominados. Portanto, a responsabilidade está esparsa. Minha preocupação é de chegar amanhã, na primeira reunião, e a gente vai ficar num esforço muito grande para algo a realizar e não teremos essa amplitude.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - V.Exa. tem razão. Enviamos já os convites. O Sr. Secretário Gilberto Natalini já encaminhou representante; o Ministério Público mandou o Dr. Motauri, e faltam as outras Secretarias e fóruns que estão aqui hoje e que já podem indicar os seus representantes, OK?

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - OK.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - O segundo ponto: foi realizada uma reunião, no último dia dez de agosto, uma reunião ampliada do Comitê São Paulo pelo Direito à Educação, convite da Fundação Abrinq. Verificou-se a importância da realização conjunta das seguintes Comissões: Comissão Especial Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente com a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, e a Presidência da Casa e a participação dos membros do Comitê São Paulo pelo Direito à Educação, com a finalidade de apresentação do caminho percorrido, das propostas de mobilização e intervenção, bem como de realização de audiência pública para a defesas de resgate do recurso orçamentário, destinado para o programa educacional de crianças na faixa etária de zero a três anos.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 56 :
Orador(es):

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

A proposta, então, é que a gente realize uma reunião desses representantes até o dia 26 agosto. Em 31 de agosto ocorrerá em Brasília a manifestação dos "Fraldas Pintadas", do Fundef ao Fundeb, sendo que o Comitê aprecia a possibilidade da realização também em São Paulo.

Então, solicito que a Comissão, depois, encaminhe a reunião dessa Comissão com a Educação e com a Presidência da Casa.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - Sr. Presidente, para essa reunião é de fundamental importância que sejam convidados representantes do MEC, da Secretaria Estadual da Educação e da Secretaria Municipal de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Há acordo? (Pausa) OK.

Último ponto: a partir, então, da apresentação feita aqui pelo Sr. Secretário, a nossa próxima reunião ordinária temática ocorrerá no dia seis de outubro, e vamos propor para essa reunião, por sugestão do Nobre Vereador Netinho, representantes ou Srs. Secretários da Educação, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, e dos membros da Comissão Especial Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e, além disso, do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que possamos discutir a proposta orçamentária; e vamos solicitar que também apresente o planejamento para o próximo período dessas Secretarias.

Queria perguntar se há acordo dos membros da Comissão. (Pausa)

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - Sr. Presidente, quero sugerir que, da mesma forma que constituímos um grupo de trabalho para





Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:57 :

rev.:

evento: 7732

data: 18-08-05

Orador(es):

acompanhar a revisão da lei 11.123, constituir também um grupo de trabalho para acompanhar a elaboração orçamentária do que concerne à criança e adolescente, porque sabemos que vamos ter uma grande batalha para trazer os recursos necessários para as políticas públicas da criança e adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - OK.

Quero novamente agradecer a presença do Sr. Secretário, das Sras. e Srs. Vereadores, do público presente.

Nossa próxima reunião ocorrerá daqui a 15 dias, com a pauta já informada.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

